

PROCESSO CIVIL

Embargos de terceiro

- ♦ Os embargos de terceiro têm por finalidade a proteção da posse ou propriedade de bem injustamente constrito ou ameaçado de o ser, em ação da qual o terceiro não é parte. (148430)

Preparo

- ♦ Só se concede prazo para regularização do preparo recursal na hipótese de pagamento insuficiente, e não quando inexistente a comprovação. (148305)

CIVIL E COMERCIAL

Nota de crédito

- ♦ O prazo prescricional para exercício da pretensão de cobrança de débito constituído por nota de crédito – deduzida mediante ação de conhecimento ou monitória – é de cinco anos. (148325)

Seguro de vida em grupo

- ♦ Não é abusiva a cláusula contratual que prevê a possibilidade de não renovação automática do seguro de vida em grupo por qualquer dos contratantes, havendo prévia notificação. (148357)

PENAL E PROCESSO

Agravo regimental

- ♦ Vedada pelo Regimento Interno do STJ a sustentação oral no julgamento de agravo regimental, a ausência de intimação para essa finalidade não acarreta nulidade. (148311)

Júri

- ♦ Possíveis irregularidades na quesitação devem ser arguidas no momento oportuno, devendo constar em ata de julgamento, sob pena de preclusão. (148309)

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Competência

- ♦ A competência da Justiça do Trabalho para execução das contribuições previdenciárias restringe-se àquelas incidentes sobre condenação trabalhista ou acordo homologado. (148440)

Jornada de trabalho

- ♦ Se houver norma coletiva prevendo a redução do intervalo intrajornada, ela é válida sem mais nenhuma exigência e indevido o seu pagamento. (148270)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Meio ambiente

- ♦ A responsabilidade pelo dano ambiental é objetiva, bastando, para a apuração do ilícito, a prova do fato e o nexo de causalidade entre este e o autor. (148412)

Trânsito

- ♦ É constitucional e legal a retenção de veículo quando o seu condutor não apresenta documento de porte obrigatório – carteira nacional de habilitação. (148486)

TRIBUTÁRIO

Imposto sobre serviços

- ♦ A tributação privilegiada de ISSQN por alíquota fixa está condicionada à existência de sociedade uniprofissional, com responsabilização pessoal dos sócios. (148407)

Taxa florestal

- ♦ É constitucional a utilização da quantidade do produto a ser fiscalizado na definição da base de cálculo de taxa cobrada pela Administração Pública no exercício do poder de polícia. (148473)

PROCESSO CIVIL

Cumprimento de sentença

♦ As sentenças de cunho declaratório podem ter força executiva, se presentes os elementos necessários à execução, como exigibilidade e certeza da relação. (148356)

Custas processuais

♦ A comprovação do recolhimento das custas processuais deve se dar no momento do protocolo do respectivo, não cabendo posterior juntada de comprovante. (148332)

CIVIL E COMERCIAL

Responsabilidade civil

♦ É objetiva a responsabilidade civil do tabelião pelos danos resultantes de sua atividade notarial e de registro exercida por delegação. (148375)

Usufruto

♦ O usufruto pressupõe a obrigação de preservar a substância da coisa, sem qualquer influência modificativa na sua propriedade, cabendo ao usufrutuário a conservação da coisa. (148331)

PENAL E PROCESSO

Estatuto do desarmamento

♦ Desnecessária a apreensão da arma para configurar a materialidade do delito de disparo de arma de fogo, sendo suficiente a prova testemunhal. (148489)

Prova

♦ Os depoimentos dos policiais envolvidos nas diligências que culminaram com a acusação da prática de um crime devem ser analisados como os de qualquer outra pessoa. (148501)

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Dano moral

♦ A conduta da instituição financeira de atribuir aos seus empregados a atividade de transporte de valores entre agências bancárias dá ensejo à compensação por danos morais. (148461)

Responsabilidade subsidiária

♦ A representação comercial não induz a responsabilidade subsidiária do representado pelos contratos de trabalho firmados entre o representante comercial e seus empregados. (148239)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Direito à informação

♦ A divulgação de dados referentes aos cargos públicos não viola a intimidade e a privacidade, que devem ser observadas na proteção de dados de natureza pessoal. (148480)

Magistério

♦ Cabe ao Município cumprir o estabelecido pela Lei Federal 11.738/2008, referente ao piso nacional do magistério e que é devido desde 27-4-2011. (148408)

TRIBUTÁRIO

Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços

♦ O comerciante que adquire mercadoria cuja nota fiscal tenha sido posteriormente declarada inidônea é considerado terceiro de boa-fé, autorizado ao aproveitamento do crédito. (148289)

Taxa judiciária

♦ O fato de o autor ser beneficiário da gratuidade de justiça, razão pela qual não antecipou o recolhimento da taxa judiciária, não implica em isenção do tributo. (148175)